Regras do silogismo

As Regras do Silogismo — Exposição Ordenada e Completa

Ótimo. Agora que a distribuição está firme, as regras vão fazer muito mais sentido. Você não vai apenas memorizá-las — vai **ver por que cada uma é necessária**.

A tradição escolástica organiza as regras em dois grupos naturais. Seguiremos essa ordem.

Grupo I — Regras dos Termos

Dizem respeito aos três termos do silogismo: maior, menor e médio.

Regra 1 — *O silogismo deve ter exatamente três termos*

Parece óbvio, mas é violado com frequência de modo disfarçado.

O perigo real não é alguém usar quatro termos explícitos — é usar **a mesma palavra com dois sentidos diferentes**, criando ilusão de três termos quando há quatro. A tradição chama isso de ***quaternio terminorum*** — o vício dos quatro termos.

Exemplo:

> O fim de uma coisa é sua perfeição.
> A morte é o fim da vida.
> Logo, a morte é a perfeição da vida.

A palavra *fim* significa *término* na segunda premissa e *finalidade* na primeira. São dois termos disfarçados de um. O silogismo é aparente.

Regra 2 — *O termo médio não pode entrar na conclusão*

O médio existe exclusivamente para **mediar** — para comparar os dois extremos entre si. Uma vez cumprida essa função, retira-se. Se aparecer na conclusão, o argumento deixou de ser silogismo.

Pense numa balança: o fiel central permite comparar os dois pratos, mas não é ele que está sendo pesado. O médio é esse fiel.

Regra 3 — *O termo médio deve ser distribuído ao menos uma vez*

Esta é a regra mais violada na prática.

Por quê ela é necessária?

O médio une os dois extremos por comparação. Se ele nunca é tomado em toda a sua extensão, os extremos podem estar se relacionando com *partes diferentes* do médio — e dois extremos relacionados a partes distintas de um mesmo conjunto não se relacionam necessariamente entre si.

Exemplo da violação:

> Algum animal é cão.
> Algum animal é gato.
> Logo, algum gato é cão. ✗

O médio *animal* não foi distribuído em nenhuma premissa. Cada premissa fala de uma parte diferente dos animais. A conclusão é absurda.

A falácia tem nome: *falácia do médio não distribuído.*

Regra 4 — *Nenhum termo pode ser mais distribuído na conclusão do que nas premissas*

Se nas premissas falei de *algum* S, não posso concluir sobre *todo* S. Seria afirmar mais do que as premissas autorizam — e o silogismo perderia sua necessidade demonstrativa.

Esta regra protege **os dois extremos**: tanto o termo menor (sujeito da conclusão) quanto o termo maior (predicado da conclusão).

Exemplo de violação no predicado — a mais frequente:

> Todo cão é animal.
> Nenhum gato é cão.
> Logo, nenhum gato é animal. ✗

Na segunda premissa, *animal* é predicado de uma proposição **afirmativa** — portanto **não está distribuído**. Mas na conclusão, *animal* é predicado de uma

negativa universal — portanto **está distribuído**. Saltou de não distribuído para distribuído. Isso é ilícito.

A falácia tem nome: *distributio illicita* — distribuição ilícita do maior ou do menor.

Grupo II — Regras das Proposições

Dizem respeito à quantidade (universal/particular) e à qualidade (afirmativa/negativa) das premissas e da conclusão.

Regra 5 — *De duas premissas negativas, nada se conclui*

Fundamento: O silogismo funciona porque o médio *une* os extremos. A negação *separa*. Se ambas as premissas separam os extremos do médio, não há como saber qual relação existe entre os próprios extremos.

Exemplo:

> Nenhum peixe é mamífero.
> Nenhum réptil é mamífero.
> Logo, ??? — nada se segue.

Os extremos (*peixe* e *réptil*) foram ambos separados do médio (*mamífero*), mas isso não nos diz nada sobre a relação entre eles.

Regra 6 — *De duas premissas particulares, nada se conclui*

Esta regra surpreende. O fundamento é técnico e decorre da Regra 3.

Se ambas as premissas são particulares, o sujeito de ambas é não distribuído. O predicado só seria distribuído se a proposição fosse negativa — mas se temos duas negativas, violamos a Regra 5. Portanto, em nenhum caso o médio será distribuído, e a Regra 3 é sempre violada.

Exemplo:

> Algum homem é sábio.
> Algum sábio é humilde.
> Logo, algum homem é humilde. ✗

Parece convincente — mas é inválido. O médio *sábio* não foi distribuído em nenhuma premissa. A conclusão pode ser verdadeira por acaso, mas não *se*

segue necessariamente das premissas.

Regra 7 — *A conclusão segue a parte mais fraca*

Na tradição escolástica, "mais fraca" (*pars deterior*) significa:

- A proposição **particular** é mais fraca que a **universal**
- A proposição **negativa** é mais fraca que a **afirmativa**

Portanto, duas sub-regras:

7a — Se uma premissa é particular, a conclusão deve ser particular.
7b — Se uma premissa é negativa, a conclusão deve ser negativa.

Exemplo de 7a:

> Todo homem é mortal.
> Algum filósofo é homem.
> Logo, algum filósofo é mortal. ✓

Não posso concluir *todo filósofo* — pois uma premissa foi particular.

Exemplo de 7b:

> Todo homem é racional.
> Nenhum bruto é homem.
> Logo, nenhum bruto é racional. ✓

A premissa negativa força a conclusão negativa.

Regra 8 — *De duas premissas afirmativas, a conclusão não pode ser negativa*

Esta regra é o inverso da anterior e completa o quadro.

Fundamento: A negação na conclusão exigiria que em algum ponto houvesse separação. Mas duas premissas afirmativas apenas unem — nunca separam. A negação na conclusão seria introduzida do nada, sem fundamento nas premissas.

Exemplo de violação:

> Todo homem é animal.
> Todo racional é homem.
> Logo, nenhum racional é animal. ✗

As premissas apenas afirmam inclusões. A conclusão negativa não tem de onde vir.

Quadro Geral para Fixação

```
REGRAS DOS TERMOS
├── R1 — Exatamente três termos (sem quaternio terminorum)
├── R2 — O médio não entra na conclusão
├── R3 — O médio deve ser distribuído ao menos uma vez
└── R4 — Nenhum termo se distribui mais na conclusão que nas premissas

REGRAS DAS PROPOSIÇÕES
├── R5 — De duas negativas, nada se conclui
├── R6 — De duas particulares, nada se conclui
├── R7 — A conclusão segue a parte mais fraca
└── R8 — De duas afirmativas, a conclusão não pode ser negativa
```

Observação Filosófica Final

Tomás de Aquino insiste que estas regras não são imposições externas ao raciocínio — elas **descrevem o que o raciocínio válido já é por natureza**. Violar uma regra não é cometer uma infração convencional: é produzir uma *aparência* de conclusão onde não há conclusão real.

É o que Aristóteles chama de **paralogismo** — o silogismo falso que engana por imitar a forma do verdadeiro.